



Conselho das Finanças Públicas
Portuguese Public Finance Council

Análise da proposta de Orçamento do Estado para 2013



Relatório do Conselho das Finanças Públicas nº 3/2012

Apresentação à Assembleia da
República, 8 de novembro de 2012



Temas desenvolvidos

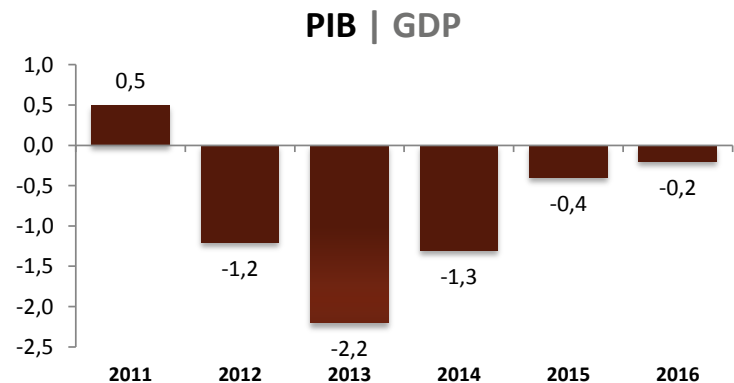
- Foco da análise é a inserção do OE numa estratégia de correção da dinâmica do endividamento do sector público
 - Previsões macro-orçamentais subjacentes ao orçamento
 - A postura da política orçamental
 - A proposta de OE no contexto da estratégia orçamental
 - Regras orçamentais e gestão das despesas públicas
-

Previsões macroeconómicas

A previsão macroeconómica afigura-se otimista

- efeito das medidas orçamentais sobre as expectativas dos agentes económicos, afetando o consumo privado, o investimento e o emprego
- as previsões macroeconómicas, elaboradas no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), têm vindo a ser sujeitas a revisões em baixa

PAEF
Revisão entre o cenário base
(junho/2011) e a 5.ª avaliação
(outubro/2012)





Previsões orçamentais

- A estimativa da execução em 2012 não está assegurada
 - As previsões orçamentais para 2013 não explicitam a incorporação do efeito dos riscos que o Relatório do OE/2013 enumera de forma exaustiva.
 - Não é explicitada a consideração de outros riscos, decorrentes da dificuldade em avaliar o impacto orçamental das alterações fiscais e da incerteza associada à degradação do rendimento disponível e do rendimento permanente
-



A proposta de OE a estratégia orçamental

- 2012 foi um ano difícil: quebra das receitas de 4,4 p.p. do PIB
 - O saldo primário permanece negativo em 2012 e 2013, levando a subidas do rácio da dívida pública relativamente às projeções originais
 - Entre 2013 e 2016, a previsão para o rácio da dívida pública supera em cerca de 8,3 por cento do PIB a projeção anterior, crescendo as despesas com juros nos anos seguintes
 - As medidas temporárias ou não recorrentes têm adiado o ajustamento, crescendo os seus custos
-



A orientação da política orçamental

- A orientação da política orçamental mantém um impacto negativo sobre a procura interna, consequência do nível de endividamento atingido que eliminou a margem de manobra enquanto política de estabilização
 - O redireccionamento da economia para os sectores de bens transacionáveis está a ocorrer, mas precisa de ser continuado e reforçado com vista a assegurar a melhoria estável do nível de vida dos portugueses
 - A evolução recente da dívida pública tem exibido uma dinâmica muito desfavorável, o que torna aconselhável preservar as metas para o rácio de despesas fixadas no DEO/2012
-



Regras orçamentais: definição e gestão

- O reforço da orientação de médio prazo da política orçamental beneficia da definição e cumprimento de regras numéricas que limitem o nível do défice orçamental e da dívida pública, acompanhadas de uma regra de despesa que viabilize o seu cumprimento
 - A introdução de uma regra de despesa eficaz supõe inovações importantes no acompanhamento e gestão das despesas públicas em Portugal. Diferentes experiências internacionais oferecem sugestões relevantes nesta matéria.
-